

**Ata da 29ª Sessão Ordinária – do Primeiro  
Ano Legislativo da Oitava Legislatura.**

Reuniram-se aos dose (12) dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco (2025), às nove horas, no prédio da Câmara Municipal de Buriticupu – MA, sito a rua Nelson Pereira Dias, nº 01, centro de Buriticupu, em cumprimento do primeiro ano Legislativo da 8ª legislatura, presentes os seguintes vereadores: **Vanusa Ibiapino Sousa Fernandes (PRD); Francisco Alisson Lima Araujo (PSDB); José Alves Pereira (PL); Sebastiana Sousa Silva (PL); Alberth Sullyvan Silva Moreira (PL); José Everton Nunes Araújo (PP); José Pereira de Araujo Filho (PDT); Antônio Leandro Lima do Nascimento (PSDB); Francinete Nascimento da Cruz (PRD); José da Conceição Sousa Brito (PP); Maria Madalena Araujo (UNIÃO); Erionilton Albuquerque Lopes (CIDADANIA) e Maria de Nazaré Luz Silva (PP).** A Presidente desejou um bom dia a todos e após constatado o número legal do quórum declarou aberta a 29ª Sessão Ordinária, ficando registrado as ausências dos vereadores: **Ely Josélio Monteiro Bezerra da Silva (PRD) e Antônio Pontes de Oliveira (PDT) devido a problemas pessoais não estão presentes.** A Presidente convidou a Vereadora **Ceci (PL)** para leitura da Bíblia Sagrada, a mesma fez a leitura do Salmo, 97. A Presidente colocou a ata da 28ª Sessão Ordinária em votação, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida, a Presidente solicitou a 1ª Secretária que realizasse a leitura das matérias em pauta: **ORDEM DO DIA: PROJETO DE LEI EXECUTIVO Nº 13/2025: ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2026. Autor: Joao Carlos Teixeira da Silva.** Dando continuidade, a Presidente perguntou se podia fazer a unificação do Pequeno Expediente e do Grande Expediente. O mesmo foi aceito. Em ato continuou, a Presidente franqueou a palavra ao **Vereador Filho da Sagrima (PDT)** para uso da palavra. Que iniciou cumprimentando a Mesa Diretora, os colegas vereadores, os que acompanham pela TV Câmara e todos da galeria. Comentou sobre o **projeto de Lei Executivo Nº 13/2025** que estima a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 2026, que é muito importante. Disse ter observado algumas coisas e convidou os colegas vereadores antes da votação do **projeto de Lei Executivo Nº 13/2025** para que se reúnam para discutir, pois é um projeto de extrema importância. Comentou que nunca ofendeu nenhum colega vereador e que sempre tiveram uma boa amizade. Pontuou a necessidade de se reunirem para discutir o **projeto de Lei Executivo Nº 13/2025** varias vezes. Disse ser representante do povo e que o povo conta com eles. Vereador Alberth Sullyvan pediu a parte e4 foi concedido. Disse ser válido a colocação/pedido de vista do colega vereador Filho da Sagrima, pois se forem observar a crescente no orçamento é alta. Disse que a LOA anterior foi votada em torno de 470 milhões e a presente LOA já está em 640 milhões e que é bom solicitar o visto para que possam sentar e darem uma analisada no **projeto de Lei Executivo Nº 13/2025.** Agradeceu e devolveu a parte. Dando continuidade, o Vereador Filho da Sagrima (PDT) pediu o visto e que os colegas concordassem junto com a Presidente, Vanusa Ibiapino (PDT). Pontuou ser um momento muito importante e que é o orçamento do ano de 2026

todo e eles como representantes do povo devem saber onde será investido o dinheiro. Finalizou agradecendo a todos. Dando continuidade, a Presidente convidou o Vereador Nilton Lopes (CIDADANIA) para fazer uso da palavra. Que iniciou dizendo que diante do pedido do nobre vereador Filho da Sagrima (PDT) ele usaria a tribuna depois da resposta do pedido do colega. Finalizou e agradeceu. Dando continuidade, o vereador **Léo Lando (PSDB)** pediu a parte. Sugeriu que fosse suspensa a presente sessão para que todos se reunissem para discutir **projeto de Lei Executivo Nº 13/2025**. Agradeceu e devolveu a parte. Dando continuidade, a Presidente suspendeu a sessão por cinco minutos. **Retornando a sessão, a Presidente convidou para fazer a leitura do parecer da Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Serviços Públicos, o Vereador Nilton Lopes (CIDADANIA)**. Em seguida, a Presidente convidou para leitura do parecer da **Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final a Vereadora Nazaré Luz (PP)**. Dando continuidade, a Presidente colocou em discussão os pareceres das comissões de Finanças, Orçamento, Obras e Serviços Públicos e Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Os mesmos foram sem discussão. dando continuidade, a Presidente colocou em votação os pareceres das comissões de Finanças, Orçamento, Obras e Serviços Públicos e Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. os mesmos foram aprovados por unanimidade dos presentes. Em seguida, a Presidente colocou a ordem do dia **Projeto de Lei Executivo Nº 13/2025** que estima a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 2026 em discussão. Em ato contínuo, franqueou a palavra ao **Vereador Alberth Sullyvan (PL)**. Que iniciou cumprimentando a Mesa Diretora, os colegas vereadores, os que acompanham pela TV Câmara e todos da galeria. Comentou sobre o **Projeto de Lei Executivo Nº 13/2025**, LOA – Lei Orçamentária Anual e não votará a favor. Disse que observou uma crescente bem alta durante os 5 anos de mandato do Prefeito que hoje estar. Pontuou que em 2021 quando ele iniciou seu mandato como vereador, a LOA – Lei Orçamentária Anual custava aproximadamente 270 milhões de 2021 a 2025, e que hoje a LOA – Lei Orçamentária Anual estar em 640 milhões, ou seja, mais de 370 milhões entre 2021 e 2025. E só entre 2024 a 2025 foram mais de 150.894,894 milhões, ou seja, é uma crescente muito alta e nada feito em Buriticupu. Disse ser vergonhoso ele votar a favor da LOA – Lei Orçamentária Anual. Sendo que o Gestor Municipal não fez nada e ele aprovar um orçamento desse sem condições cabíveis a essas situações, a realidade que o município se encontra hoje. Finalizou e agradeceu. Em seguida, a Presidente convidou para uso da palavra o **Vereador Filho da Sagrima (PDT)**. Que iniciou cumprimentando a Mesa Diretora, os colegas vereadores, os que acompanham pela TV Câmara e todos da galeria. Deixou claro que seu voto será contrário ao **Projeto de Lei Executivo Nº 13/2025** e que não é contra o valor do orçamento, mas sim pela falta de transparência do Gestor Municipal. comentou que votou o PPA sem saber o que aconteceu. Comentou sobre o que disse o colega Vereador Alberth Sullyvan (PL), a LOA – Lei Orçamentária Anual custava aproximadamente 270 milhões de 2021 a 2025 aprovada e que a LOA – Lei Orçamentária Anual de 2026 com 640 milhões e o município continua do mesmo jeito. Disse esperar para ver no que dará.

Finalizou e agradeceu. Dando continuidade, a Presidente convidou a **Vereadora Madalena (UNIÃO)** para fazer uso da Tribuna. Que iniciou cumprimentando a Mesa Diretora, os colegas vereadores, os que acompanham pela TV Câmara e todos da galeria. Pontuou que votará a favor do **Projeto de Lei Executivo Nº 13/2025**. Mas também dirá o porquê. Disse ser um orçamento alto, que tem umas demandas altas. Deixou claro que irá fiscalizar; vai estar acompanhando todas as ações, porque o município está necessitando, mas quer que seja executado todo o plano de ação que está para 2026. Disse a todos que acompanham que o **Projeto de Lei Executivo Nº 13/2025**, orçamento da LOA – Lei Orçamentária Anual é três vezes maior que do ano de 2024 e que dará para fazer muita coisa no município. Disse a toda a população e seus colegas vereadores que vão acompanhar/fiscalizar pois precisa chegar as pessoas que estão necessitando e o município estar em desespero/decadência e necessita ser colocado tudo que estar no papel, em todas as secretarias entregar tudo a população. Finalizou agradecendo a todos. Em seguida, a Presidente colocou em Votação o **PROJETO DE LEI EXECUTIVO Nº 13/2025** que estima a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 2026. Sendo aprovado em 1º turno por 10 votos favoráveis e 2 contrários. Dando continuidade, a Presidente pediu a 1ª secretária, a **Vereadora Nazaré Luz (PP)** fizesse a leitura do **Requerimento de Autorização** de acordo com o que rege o **Art. 242**. Os casos omissos ou as dúvidas que eventualmente surjam quanto a tramitação a ser dada a qualquer processo, serão submetidas na esfera administrativa, por escrito e com as sugestões julgadas conveniente, à decisão do Plenário, do Regimento Interno apresentado a casa Legislativa pelo Vereador Nilton Lopes (CIDADANIA). Em seguida, a Presidente colocou o **requerimento de autorização em discursão**. o mesmo foi sem discursão. Em ato continuo, a presidente colocou em **votação o requerimento de autorização**. O mesmo foi aprovado por unanimidade dos presentes. Dando continuidade, a Presidente colocou em discursão o **PROJETO DE LEI EXECUTIVO Nº 13/2025** que estima a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 2026. Em ato continuou, a Presidente franqueou a palavra ao **Vereador Nilton Lopes (CIDADANIA)**. Que iniciou cumprimentando a Mesa Diretora, os colegas vereadores, os que acompanham pela TV Câmara e todos da galeria. agradeceu aos colegas vereadores por terem aprovado o **requerimento de autorização**, tendo em vista que estão aprovando o **Projeto de Lei Executivo Nº 13/2025**, a LOA – Lei Orçamentária Anual para 2026 dando condições reais e condições em se tratando de recursos para que o Prefeito Municipal possa fazer o que é esperando por todos, que é um bom trabalho e dirigir bem o município, tanto na saúde quanto na educação e também em todas as secretarias que existe no município e principalmente trazendo aquilo que a população merece, que é o bem estar, a saúde, educação, assistência social e tudo que a Constituição Federal dar direito. Comentou também sobre o detalhamento do **Projeto de Lei Executivo Nº 13/2025**. Observou a forma da divisão do valor a qual foi repassado a eles de mais de 640 milhões, o detalhamento por secretarias. Disse ser importante falar que está fortalecendo todas as secretarias para que no ano de 2026 seja um ano melhor que 2025. Pontuou que o

**Projeto de Lei Executivo Nº 13/2025** trás toda segurança jurídica, se tratando da Constituição Federal, da Lei de Responsabilidade Fiscal, da Lei Complementar 101 de 2000 e também da Lei Federal 4320 de 64. Finalizou dizendo a população de Buriticupu que encerra o ano de 2025 com sentimento de dever cumprido, que fez aquilo que o papel de vereador, principalmente vereador de base que é dar sustentabilidade ao governo. Disse que está ali para fazer aquilo que a população de Buriticupu confiou que é cuidar da cidade. Agradeceu a oportunidade. Em seguida, a Presidente franqueou a palavra ao **Vereador Léo Lando (PSDB) e Líder de Governo**. Que iniciou cumprimentando a Mesa Diretora, os colegas vereadores, os que acompanham pela TV Câmara e todos da galeria. Disse ter ido a tribuna na última sessão ordinária de 2025 para parabenizar aos colegas vereadores, o Prefeito João Carlos, os funcionários da Casa Legislativa, a Presidência da Casa Legislativa, a responsabilidade que eles têm pelo município. Disse que orçamento não quer dizer que existe o dinheiro. E que vai depender do Gestor Municipal ir em busca, depende da casa Legislativa apoiando os projetos, depende dos governos estadual e federal apoiando. E que quanto mais dinheiro mais benefícios ao povo. Pontuou não existir construção sem orçamento e não se constrói uma cidade sem recurso. Finalizou desejando um feliz natal e muita paz, saúde e felicidades a todos. Dando continuidade, a Presidente franqueou a palavra ao **Vereador Alberth Sullyvan (PL)**. Que iniciou cumprimentando a Mesa Diretora, os colegas vereadores, os que acompanham pela TV Câmara e todos da galeria. Disse ter retornado a tribuna para reforçar o porquê de seu voto ser contrário **Projeto de Lei Executivo Nº 13/2025**. Disse que com o recurso de mais de 470 milhões que tinha, o Gestor Municipal não fez nada. Questionou como seria com 640 milhões. Reforços que seu voto será contrário ao **Projeto de Lei Executivo Nº 13/2025** e que não te, porque votar a favor da roubalheira do Gestor municipal. finalizou agradecendo a todos. dando continuidade, a Presidente parabenizou a Vereadora Madalena (UNIÃO) pelo seu posicionamento referente ao **Projeto de Lei Executivo Nº 13/2025** e por votar favorável e se disponibilizar para fiscalizar as ações durante o ano de 2026. Em ato contínuo, a Presidente colocou em Votação o **PROJETO DE LEI EXECUTIVO Nº 13/2025** que estima a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 2026. Sendo aprovado em 2º turno por 10 votos favoráveis e 2 contrários. A Presidente, agradeceu a presença de todos e nada mais havendo ou constando declarou encerrada a presente sessão e ordenou que lavrasse a presente Ata que após lida e aprovada será assinada por todos.